

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 140

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE OUTUBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Tiago Amorim Novaes; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Neivo Beraldin - Renato Gaucho - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02: Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 01: Pastor Edson Praczyk.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 024ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE OUTUBRO DE 1999**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Cesar Silvestri.

Às dezesseis horas e vinte e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tony Garcia e Valdir Rossoni (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Beto Richa, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Luiz Accorsi, Moysés Leônidas, Tiago Amorim Novaes e Waldyr Pugliesi (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2165

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regime, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Retirada por 05 sessões do Projeto de Lei nº 085/99, Item 03, em 1ª Discussão, de autoria do ilustre Deputado Beto Richa, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 18.10.99.

(a) VALDIR ROSSONI

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 394/99, de autoria do Deputado Tony Garcia, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Humberto de Campos, com sede e foro no Município de Bela Vista do Paraíso. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 407/99, de autoria do Deputado Péricles Holleben de Mello, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Santa Isabel - AMSI, com sede e foro no Município de Santa Isabel do Ivaí. **Aprovado.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 085/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e outros. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P. (Publ. no DA nº 17, de 22.03.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 085/99**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Beto Richa, visa dar melhores condições de controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e outros.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.04.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 085/99

P A R E C E R :

O presente Plano de Lei de autoria do nobre Deputado Beto Richa, tem por objetivo dispor sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e outros.

Tal proposutura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Saúde, chamada a opinar conclui que a medida visa dar melhores condições de controle por parte da sociedade no referente ao comércio das drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos, beneficiando assim a população em geral.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando se pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 05.05.99.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 085/99.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que altera a Lei nº 11.722, de 21 de maio de 1997, que autoriza o Poder Executivo a isentar Hospitais Universitários das taxas de consumo de energia elétrica e de água, conforme específica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.S.P. (Publ. no DA nº 61, de 07.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 307/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que tem por objetivo alterar a Lei nº 11.722, de 21 de maio de 1997, que autoriza o Poder Executivo a isentar Hospitais das taxas de consumo de energia elétrica e de água, conforme específica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 307/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que tem por objetivo alterar a Lei

nº 11.722, de 21 de maio de 1997, que autoriza o Poder Executivo a isentar Hospitais das taxas de consumo de energia elétrica e de água, conforme específica.

Tal proposutura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, de acordo com o § 3º do artigo 33 do Regimento Interno, conclui ser a matéria de alta relevância social, merecendo, portanto, nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 307/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que tem por objetivo alterar a Lei nº 11.722, de 21 de maio de 1997, que autoriza o Poder Executivo a isentar Hospitais Universitário das taxas de consumo de energia elétrica e de água, conforme específica.

Tal proposutura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e de Finanças. Esta Comissão de Saúde Pública, chamada a opinar conclui por parecer favorável, já que a matéria tem grande alcance social beneficiando a comunidade.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

ADEMIR BIER - Relator

Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI

Verificação de votação. Somos contrários ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 307/99, queiram levantar-se.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, para ficar mais uma vez claro, que as contradições aqui nesta Casa não tem partido do Deputado José Maria Ferreira. Na semana passada quando se votavam aqui Projetos de Lei, fomos questionados - quando nos posicionávamos contrários a constitucionalidade do projeto.

E, naquela oportunidade o Deputado Valdir Rossoni, dizia que estava se discutindo a constitucionalidade e não o mérito do projeto.

Lembro que esse assunto veio à tona, quando discutíamos a Constitucionalidade do Projeto de Lei do Deputado Toni Garcia, que obrigava a contratação de empresas paranaenses, por parte daquelas que tivessem

recebido incentivos fiscais. E nós sabemos que a obrigatoriedade é inconstitucional, tanto que o próprio líder Valdir Rossoni, apresentou uma Emenda, segundo nos informou, para retirar a obrigatoriedade porque feria princípios constitucionais. Pois bem! O Projeto que está em discussão nesse momento, no seu aspecto de legalidade, constitucionalidade, teve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, portanto nesse momento em que discutiam constitucionalidade não poderia ser outro o comportamento do Líder Valdir Rossoni, se não aprovar o projeto, porque ele está pela constitucionalidade devidamente respaldado. Amanhã no mérito nobre Líder.

Então faço esse registro para deixar claro o nosso voto favorável pela legalidade, pela constitucionalidade do projeto, legalidade e constitucionalidade essa, testada pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para encaminhar**)

E aí que nós nos encontramos com o Deputado Orlando Pessuti, pela constitucionalidade. Esse Projeto ele é inconstitucional. Se foi dada a sua constitucionalidade na CCJ, não quer dizer que eu tenha que aqui votar pela sua constitucionalidade. Ele é inconstitucional e por isso nós estamos votando contrário. Amanhã nós discutiremos o mérito.

O SR. JOSÉ MARIA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, esse Projeto, ele altera a Lei 11.722, que é da nossa autoria. Ele permite e dá condições que os hospitais universitários, hospitais e escolas, se oferecendo 80% dos leitos existentes ao SUS, não pague água e nem energia elétrica. A nossa saúde está a reboque. O Estado, não é só nesse Governo é histórico, que quem sustenta a saúde pública nesse país é o Governo Federal, são os Municípios, não é nesse Governo é histórico, dá menos de 3%. E o que nós estamos pedindo aqui é que as Instituições privadas sem fins lucrativos, tenham a mesma condição de ter esses, desde que disponibilizem esses leitos ter a energia e a água bancada pelo Tesouro Público. Ora! Gostaria de alertar e levar ao conhecimento do Deputado Valdir Rossoni, sancionou esse mesmo Projeto com esse mesmo princípio. Então não se trata aqui de inconstitucionalidade. E se fosse Governo pela sua assessoria teria declarado o Projeto de Lei nº 11.722 inconstitucional. É um projeto votado num mandato anterior e sancionado pelo Governador Jaime Lerner. Reconhecendo a utilidade, a procedência e, sobretudo, a falta ou o espaço que o Estado tem ainda para fazer na questão da saúde pública.

Este voto é um voto contra a saúde. É o não reconhecimento daqueles que precisam do hospital público, porque não conseguem pagar uma assistência privada.

Por isso que estamos fazendo esta emenda. E o projeto é legal. Assim reconheceu a C.C.J. E já reconheceu lá atrás o próprio governo quando sancionou a Lei nº 11.722.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder a votação.

Os Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

Onze Deputados aprovam o projeto.

Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Vinte e sete Deputados rejeitam o projeto.

Está rejeitado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Gostaria de fazer o registro dos Parlamentares que votaram a favor. Deputados: Cezar Silvestri, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Antonio Annibelli, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ademir Bier, Caíto Quintana, Albanor Gomes, Hermes Fonseca e a Deputada Luciana Rafagnin.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Gostaria de fazer um registro sobre a justificativa da nossa votação e ler o § 2º do Projeto do Deputado. Diz o seguinte: “As instituições hospitalares privadas com ou sem fins lucrativos”.

Quer dizer estamos querendo privilegiar a iniciativa privada. Com isso somos contra.

Muito obrigado!

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão que dispõe sobre a extinção total ou parcial de débitos, mediante compensação, nos casos que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 82, de 29.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 367/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 367/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, dispõe sobre a extinção total ou parcial de débitos, mediante compensação, nos casos que especifica.

Trata-se de matéria autorizatória, portanto não cria obrigatoriedade para o Poder Executivo.

A emenda modificativa apenas visa corrigir tão somente técnica legislativa, pois, na forma do artigo 10, inciso IV, da Lei Complementar 95/98, “os incisos serão representados por algarismos romanos...”

Isto posto, somos de Parecer Favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 367/99, com a emenda modificativa apensa, que visa corrigir a técnica legislativa dos artigos 1º e 6º da matéria.

Sala das Comissões, em 17.08.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 367/99
(ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 1º e 6º)

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 367/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aceitar a compensação de débitos inscritos na Dívida Ativa, ajuizados e transitados em julgado até 31 de dezembro de 1998, com créditos contra a Fazenda do Estado suas autarquias, oriundos de sentenças judiciais, com precatórios pendentes de pagamento, até o exercício de competência de 1998.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Crédito contra a Fazenda do Estado os valores devidos por força de sentença judicial, transitada em julgado, constante do respectivo precatório, expedido, processado e registrado pelo Tribunal competente, a respeito do qual não penda defesa ou recurso judicial;

II - Crédito contra as autarquias os valores devidos por força de sentença judicial, transitada em julgado, constante do respectivo precatório, expedido, processado e registrado pelo Tribunal competente, a respeito do qual não se penda defesa ou recurso judicial, e cuja assunção pela Fazenda do Estado, mediante transferência pela autarquia responsável fica autorizada, desde que para os fins previstos neste artigo;

III - Débito inscrito na Dívida Ativa, de natureza tributária ou não, a respeito do qual não penda defesa ou recurso judicial.”

O artigo 6º do Projeto de Lei nº 367/99 passa a vigorar com a redação seguinte:

“Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Sala das Comissões, em 17.08.99

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 367/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Nobre Deputado Hermas Brandão, dispõe sobre a extinção total ou parcial de débitos, mediante compensação, nos casos que especifica.

Chamada a opinar esta Comissão de finanças, acompanha o parecer favorável já emitido pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, inclusive na forma da sua emenda.

Sendo assim, o nosso parecer é favorável ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1999.

(aa) **JOSÉ MARIA FERREIRA** - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de encerrar a sessão quero convidar todos para o lançamento do livro do Maurício Fruet - “Um Brasileiro Cordial” de autoria do jornalista Hugo Santana e Sandra Pacheco por proposição do Deputado Orlando Pessuti, às 18:00 no Salão Nobre desta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, da 19, logo após a Sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 476, 491 e 492/99

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 033 e 035/99

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1.ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14.ª LEGISLATURA
21.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, Antonio Belinati, Cesar Seleme, Hermes da Fonseca, Algaci Túlio, Durval Amaral, Moysés Leônidas, Serafina Carrilho e mais os Deputados José Maria Ferreira e Orlando Pessuti. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 455/99 de autoria do Deputado Ricardo Maia. Concedida vistas ao Deputado Antonio Belinati; 02) Projeto de Lei nº 210/99 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer do Deputado Moysés Leônidas, contrário às emendas de Plenário, na forma do substitutivo anexo - Aprovado; 03) Projeto de Lei nº 438/99 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho, na forma da emenda anexa - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 464/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 484/99 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 395/99 de autoria do Deputado Kidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO: 07)

Projeto de Lei nº 479/99 de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 457/99 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 326/99 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 432/99 de autoria dos Deputados Péricles Mello, Hermes Fonseca e Nereu Moura. O Deputado José Maria Ferreira sugere que o projeto seja devolvido aos autores para melhor análise. O Senhor Presidente coloca em votação a sugestão do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 483/99 de autoria do Deputado Antonio Annibelli. Concedido vistas ao Deputado Algaci Túlio 12) Projeto de Lei nº 327/99 de autoria do pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Depu-

tado Hermes Fonseca - Rejeitado por 6x5 votos. O Senhor Presidente designará novo Relator; 13) Projeto de Lei nº 431/99 de autoria do Deputado Antonio Carlos Baratter. Concedido vistas ao Deputado Durval Amaral; 14) Projeto de Lei nº 500/99 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 496/99 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária